

## **Capitalismo do século XXI: crise e barbárie**

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.<sup>1</sup>**

### **Introdução**

A crise geral do capitalismo criou um novo marco histórico. O objetivo deste artigo é determinar o impacto desta nova situação sobre as economias latino-americanas, dando destaque aos países com maior grau de desenvolvimento das forças produtivas. Para tanto, discutiremos a natureza da crise recente e seus mecanismos de propagação à periferia latino-americana. Pela comparação dos efeitos da crise recente com os efeitos da crise que desarticulou a divisão internacional do trabalho na primeira metade do século XX, caracterizaremos a especificidade da conjuntura atual, a fim de definir os desafios a serem enfrentados pelas sociedades latino-americanas. A hipótese subjacente é que, diferentemente do que ocorreu na crise dos anos 1930, quando o isolamento dos fluxos de comércio e capital acabou permitindo que as

---

<sup>1</sup> . **Plínio de Arruda Sampaio Jr.** é professor do Instituto de Economia da UNICAMP, março de 2008. Agradeço a cuidadosa revisão do texto feita por minha amiga Marlene Petros Angelides.

economias mais desenvolvidas da região impulsionassem um processo de industrialização por substituição de importações, o novo marco histórico deve intensificar o processo de reversão neocolonial que afeta todas as dimensões da vida latino-americana, impactando de forma particularmente regressiva as economias com maior grau de desenvolvimento. Por fim, mostraremos que os problemas econômicos e sociais da região dificilmente serão resolvidos no âmbito das economias nacionais, o que coloca a urgência de uma nova agenda econômica e política que redefina os parâmetros que devem orientar a estratégia de desenvolvimento econômico e a política de integração dos países latino-americanos. Chega-se, assim, à conclusão de que, ao aprofundar e generalizar a relação entre capitalismo e barbárie, o novo contexto histórico repõe a urgência da luta pelo socialismo.

### **Crise e barbárie**

A crise financeira, que eclodiu com a intensidade de um furacão tropical na segunda metade de 2008, gerou um estado de absoluta incerteza em relação ao futuro da ordem global. A desconfiança na solidez das instituições financeiras, provocada pela quebra em cadeia de bancos que até então pareciam inabaláveis, desencadeou uma virulenta crise de

crédito que desorganizou rapidamente as relações de produção e circulação que impulsionavam a expansão da economia mundial. Ao expor a extraordinária fragilidade do sistema monetário internacional e os precários fundamentos que sustentam a globalização dos negócios, a crise pôs por terra os parâmetros que balizavam os cálculos econômicos, deixando o sistema capitalista sob a ameaça de uma depressão sem precedentes. A rapidez e a virulência com que os problemas financeiros se transformaram em problemas econômicos propriamente ditos, patentes nas dificuldades ciclópicas que passaram a ameaçar a sobrevivência das maiores corporações industriais e comerciais do planeta e na expansão exponencial do desemprego em todo o mundo, revelam a gravidade dos desafios que devem ser enfrentados nos próximos anos.

A origem da crise econômica mundial encontra-se no processo de liberalização que solapou as restrições institucionais que, nos primeiros anos do pós-guerra, tinham estabelecido certos limites à atuação do capital financeiro, reduzindo os impactos perversos da concorrência intercapitalista em escala planetária sobre a economia popular. Ao levar ao paroxismo a liberdade de movimento dos capitais e a desregulamentação dos mercados, o processo de liberalização liderado pelos Estados Unidos, sob a batuta dos organismos financeiros

internacionais, criou as condições ideais para o pleno desenvolvimento da especulação financeira, mercantil e produtiva em escala global. Ao premiar os especuladores mais ousados, a era neoliberal desencadeou uma concorrência desenfreada pelo lucro fácil, fomentando um padrão de acumulação de capital que só poderia terminar em catástrofe. O resultado era perfeitamente previsível: a valorização do capital fictício descolou-se completamente da valorização produtiva e a acumulação produtiva desgarrou-se completamente da capacidade de consumo da sociedade. Em poucas palavras, a farra especulativa, que vem se arrastando há décadas, transformou-se em uma clássica crise de superprodução, cuja solução demandará uma brutal queima de capital produtivo, comercial e financeiro, com tudo o que isso implica: destruição de forças produtivas, fechamento de empresas, nova rodada de concentração e centralização de capitais, escalada do desemprego, aumento da pobreza e da desigualdade social, crise social e instabilidade política.

A crise em curso não é um fenômeno aleatório, que poderia ter sido evitado com políticas econômicas adequadas, mas **sim** uma consequência inelutável do próprio desenvolvimento capitalista. Em relação às inúmeras turbulências que marcaram a conturbada trajetória das finanças internacionais desde o

início do movimento de liberalização, no começo dos anos oitenta, há pelo menos duas mudanças significativas no caráter dos problemas econômicos atuais. Ambas convergem para a configuração de uma crise geral do capitalismo - um fenômeno estrutural que terá repercussões de longo alcance sobre as relações sociais e os nexos internacionais e transnacionais que conformam o sistema capitalista mundial.

Em primeiro lugar, a profundidade e a extensão dos desequilíbrios econômicos e financeiros que precisam ser digeridos superam as das crises anteriores em todas as suas dimensões e, pelos seus efeitos sobre o conjunto da economia mundial, só são comparáveis historicamente à hecatombe que desarticulou a divisão internacional do trabalho e o sistema monetário internacional nos anos 1930. Como nos dias de hoje todas as economias nacionais se encontram fortemente interconectadas e estreitamente dependentes do que ocorre na economia norte-americana, não há como conter o processo de disseminação da crise sem subverter os próprios alicerces do caráter liberal da ordem econômica internacional montada nas últimas quatro décadas sobre as bases do sistema de Bretton Woods, o que, salvo um desdobramento inesperado dos acontecimentos, parece bem pouco provável no momento.

Em segundo lugar, a impotência do poder político para lidar com a situação não permite que se vislumbre uma solução rápida e indolor para o impasse da economia mundial. A superação dos entraves à acumulação de capital exige uma ação coordenada, de caráter transnacional, envolvendo todas as dimensões do processo econômico - o financeiro, o monetário, o comercial e o produtivo -, cuja possibilidade de concretização, retórica à parte, parece totalmente implausível. O Estado norte-americano, que deveria liderar este processo, tem se revelado impotente para enfrentar o desafio e não há a menor possibilidade de que alguma outra potência imperialista venha a ocupar esse vazio. Nesse contexto, o mais provável é que o mundo fique a reboque da prepotência e do provincianismo do imperialismo norte-americano, sem um plano estratégico para enfrentar as dificuldades que emperram o funcionamento da economia mundial.

Enganam-se os que imaginam que a atuação conjunta dos governos dos países desenvolvidos para salvar os bancos e a utilização de técnicas anticíclicas de elevação do gasto público sejam indícios efetivos de que o poder público tem demonstrado capacidade para enfrentar a crise. A superação da crise requer transformações de grande envergadura nas forças

produtivas, nas relações entre o capital e o trabalho, na estrutura técnica e financeira do capital, na forma de organização do Estado e no equilíbrio econômico e político entre os países que compõem o sistema capitalista mundial, mudanças que vão bem além dos pacotes de auxílio financeiro e econômico *ad hoc*, que vêm sendo anunciados uns após outros pelas autoridades econômicas. Até o momento, as potências imperialistas têm tido uma atuação estritamente reativa, sempre atrás dos acontecimentos, comandada pela histeria desesperada dos "mercados" - respondendo aos interesses do capital financeiro -, sem ousar enfrentar a essência do problema: a gigantesca crise de superprodução provocada pelo processo de acumulação de capital e a absoluta falta de controle público sobre a ação do capital financeiro. Não há nenhum indício de que se pretenda conter o *big business*. Muito pelo contrário. A atuação ideológica preventiva dos organismos financeiros internacionais e dos aparelhos ideológicos do grande capital - à frente FMI, OCDE, Fórum de Davos e toda a grande *mídia* - tem sido inequívoca na advertência de que não se pode, a "pretexto" da crise, reverter o movimento de liberalização econômica das últimas décadas.

Não é impossível que o esforço para "administrar" a crise, sancionando as pressões de socorro econômico e financeiro dos grandes grupos econômicos internacionais, evite o desmoronamento espetacular dos mercados, dando a muitos a impressão de que os problemas gerados pela paralisia da economia mundial poderão ser contornados sem maiores traumatismos. É a aposta de todos os segmentos comprometidos com a ordem global. No entanto, o mais provável é que, dada a impotência dos governos para enfrentar a origem do problema, o desdobramento da crise se arraste por tempo indefinido, alternando momentos de pânico com momentos de relativo alívio, numa lenta digestão do capital financeiro e produtivo sobreacumulado. Para além da propaganda, o fato concreto é que a economia mundial está a léguas de qualquer tipo de ação "reguladora", capaz de impor limites à anarquia da iniciativa privada e conter o caráter ultra-regressivo do padrão de acumulação liderado pelas finanças internacionais, causas fundamentais dos problemas que paralisam a economia mundial.

Os que confundem a pseudo-estatização do sistema financeiro em curso com a volta da regulação de tipo keynesiana tomam a nuvem por Juno, pois não se trata de o Estado estar impondo limites ao capital - o capital financeiro é que está concluindo o processo de conquista do Estado, colocando-o sob

o seu controle absoluto. Sob o pretexto de evitar uma crise sistêmica de efeitos potenciais catastróficos, a política econômica está promovendo o maior ataque à economia popular de que se tem notícia na história. Sob a avassaladora pressão dos maiores grupos econômicos do planeta, os recursos que até ontem faltavam para financiar as políticas públicas agora sobram para socorrer os bancos e as grandes corporações falidas, sem que nada garanta, diga-se de passagem, que o cataclismo seja evitado. Para aquilatar a magnitude da riqueza transferida para o setor privado, basta lembrar que, segundo cálculos da CEPAL, até o final de outubro de 2008 os maiores grupos financeiros do mundo já tinham recebido, sob a forma de injeção de liquidez e pacotes de resgate financeiro, um montante de recursos públicos equivalente a quase US\$ 7 trilhões - valor igual a quase duas vezes o PIB anual da América Latina, mais de quatro vezes o PIB anual do Brasil.<sup>2</sup>

Para evitar o equívoco de imaginar que a forte intervenção do Estado representa um abandono do neoliberalismo, é importante frisar que o socorro ao grande capital não representa em si uma novidade no padrão de política econômica, pois todas as crises financeiras das últimas décadas foram enfrentadas pela linha de menor resistência, com escandalosas operações de

---

<sup>2</sup> . CEPAL, 2007 - Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe - Tendencias 2008, p. 6.

"*bail out*" que cobriam os prejuízos das grandes corporações e sancionavam a ciranda especulativa.<sup>3</sup> Na realidade, a desregulamentação dos mercados e a socialização dos prejuízos constituem momentos distintos de um mesmo padrão ultra-regressivo de intervenção do Estado na economia. A verdadeira novidade das medidas que estão sendo adotadas para enfrentar a crise reside no volume de recursos envolvidos nas operações de salvamento, fenômeno que evidencia que a crise em andamento está aprofundando ainda mais a promiscuidade existente entre a oligarquia financeira que comanda as grandes corporações e o alto comando do Estado capitalista. Postas em perspectiva histórica, as tendências em curso - a mundialização do capital e das finanças, a liberalização comercial e financeira, a desregulamentação dos mercados e o controle absoluto do *big business* sobre o aparelho de Estado - aparecem como características estruturais do padrão de desenvolvimento capitalista na fase superior do imperialismo. A crise radicaliza tais tendências, levando ao paroxismo o caráter anti-social, antinacional e antidemocrático do capitalismo. A propósito, a esperança de uma mudança qualitativa no rumo da política dos Estados Unidos, provocada pela vitória de Barak Obama, carece de qualquer fundamento,

---

<sup>3</sup> . Crotty, J. - "If financial market competition is so intense, why are financial firm profits high? Reflections on the current 'Golden Age' of finance", IN: Political Economy Research Institute, Working Papers Series, No. 134, April, 2007.

pois, como as bases econômicas, sociais e políticas de sustentação dos partidos democrático e republicano são, em sua essência, as mesmas, a razão de Estado que preside as suas políticas não apresenta descontinuidade significativa.<sup>4</sup>

Assim como a crise que desarticulou a divisão internacional do trabalho do início do século XX gerou incomensurável sacrifício humano, antes que as relações sociais e a ordem internacional que sustentaram o ciclo expansivo dos chamados “anos gloriosos” fossem reorganizadas, num penoso processo de transformações que se arrastou por décadas, os problemas que abalam a globalização dos negócios prenunciam o início de um período histórico conturbado, cujo desfecho é totalmente incerto. Os que esperam uma solução técnica e institucional para o Tsunami que se abateu sobre a economia mundial, sonhando com a possibilidade de um novo Bretton Woods e com um renascimento do *welfare state*, abstraem as condições objetivas e subjetivas que viabilizaram a reorganização da ordem econômica internacional no pós-guerra e a efêmera vida do capitalismo keynesiano, deixando de considerar suas

---

<sup>4</sup> . É bastante sugestiva, aliás, a convergência da avaliação de figuras que representam diferentes espectros do leque ideológico, tais como Ralph Nader, Noam Chomsky e James Petras, sobre os compromissos de Barak Obama com as forças políticas e os interesses econômicos que sustentam o *stablishment* do Estado norte-americano.

substanciais diferenças em relação à situação concreta gerada pela crise atual.

A ausência de uma potência hegemônica capaz de liderar a "reforma" da ordem internacional contrasta radicalmente com a situação do pós-guerra. Na crise que selou a sorte do liberalismo, a decadência da Inglaterra como centro da economia mundial veio acompanhada de uma acirrada disputa, envolvendo várias potências imperialistas emergentes, para decidir quem assumiria a posição de potência hegemônica. O indescritível sofrimento decorrente de uma depressão de longa duração, o horror do holocausto nazista, a barbárie de duas guerras mundiais e a ameaça do comunismo criaram as condições históricas concretas que permitiram aos Estados Unidos - o grande vitorioso da II Guerra Mundial - se aproveitarem de sua incontestada supremacia para moldar a ordem internacional a seus interesses, sem, contudo, desconsiderar a necessidade de acomodar parcialmente os pleitos de seus parceiros estratégicos, no centro e na periferia da economia mundial, por uma relativa autonomia de seus espaços econômicos nacionais. Foi o que permitiu, por um breve lapso de tempo, que o processo de integração do sistema capitalista mundial em torno da economia norte-americana avançasse gradualmente, convivendo, pelo menos até a crise do dólar no início dos

anos 1970, com uma relativa proteção dos mercados internos contra a concorrência de mercadorias importadas e com a presença de significativa restrição aos movimentos de capitais.<sup>5</sup> Foram estas condições concretas que viabilizaram a emergência de espaços econômicos nacionais dotados de um regime de acumulação central e de "centros internos de decisões" relativamente autônomos, com certa capacidade de subordinar a lógica da valorização do capital aos interesses nacionais.

O contexto atual é radicalmente diferente. A inequívoca decadência do império norte-americano não abala a sua absoluta supremacia econômica e militar. O colapso da União Soviética e a desorganização do movimento socialista não colocam a sua burguesia diante da necessidade de fazer concessões às burguesias aliadas e muito menos à classe trabalhadora. Logo, na ausência de uma substancial reviravolta no contexto histórico, é bastante improvável que os Estados Unidos renunciem unilateralmente aos seus privilégios imperiais a favor de mecanismos supranacionais de poder. E, no entanto, dadas as novas características do padrão de desenvolvimento capitalista, essa seria uma

---

<sup>5</sup> . Para uma interessante interpretação da relação do Estado norte-americano com o capital financeiro, ver o artigo de Leo Panitch e Sam Gindin, "Las finanzas y el império norteamericano", IN: Panitch, L. y Leys, C. (ed.), El Império Recargado, Socialist Register 2005.

condição indispensável para lidar com o risco sistêmico e com a desorganização da produção em escala global - fenômenos inerentes ao processo de mundialização do capital.

A brutal assimetria na correlação de forças a favor do capital financeiro que caracteriza o capitalismo contemporâneo, desequilíbrio que aumenta à medida que o avanço da crise impulsiona o processo de concentração e centralização de capitais, também contrasta com o que ocorria no imediato pós-guerra, quando, por uma série de circunstâncias, as forças mais conservadoras da burguesia encontravam-se na defensiva, abrindo brechas para que, em algumas sociedades nacionais, o Estado burguês conseguisse transcender o interesse puro e simples do grande capital e contemplar, pelo menos parcialmente, os interesses populares na definição das prioridades que regem as políticas de Estado. Em meados do século XX, o trauma ainda muito recente da crise dos anos 1930, a mudança na correlação de forças gerada pela derrota do fascismo, a necessidade de promover a reconstrução da Europa e do Japão e a urgência em estabilizar a vida econômica e política do "mundo livre" para conter o risco comunista permitiram a cristalização de um arcabouço institucional que, sem ferir os interesses estratégicos do capital financeiro, estabeleceu uma série de limites à

mobilidade espacial e setorial dos capitais. Foi o suficiente para abrir espaço para políticas econômicas de inspiração keynesiana e para o avanço do *welfare state* que, de uma ou de outra maneira, vigoraram até início da década de setenta nos países capitalistas mais desenvolvidos. As condições históricas atuais são bem distintas. Na ausência de uma vigorosa reação popular, que coloque em xeque o caráter ultraconservador do bloco no poder, é uma ilusão imaginar a possibilidade de políticas que possam afrontar ainda que minimamente o interesse estratégico do capital financeiro.

Por fim, ao contrário do que ocorria em meados do século XX, a complexa teia de relações comerciais e produtivas que unifica o sistema capitalista mundial hoje cria obstáculos insuperáveis à possibilidade de soluções "nacionais" para a crise global. O avanço do processo de globalização dos negócios solapou as bases objetivas e subjetivas que davam sustentação às políticas econômicas baseadas em um regime central de acumulação. O grau de socialização das forças produtivas já alcançado pelo desenvolvimento capitalista simplesmente não comporta a possibilidade de um recuo "nacional", pois isto implicaria grande perda de eficiência econômica (devida à menor economia de escala), representando uma forte regressão na divisão social do trabalho. Além

disso, o controle absoluto do Estado capitalista pelos grandes conglomerados internacionais torna muito pouco provável a possibilidade de um recuo protecionista, uma vez que o grau de internacionalização do capital é incompatível com o espaço econômico nacional como horizonte de reprodução ampliada do capital. Não há, portanto, bases objetivas e subjetivas para um retorno a Keynes.

Na ausência de forças capazes de deter a fúria especulativa do grande capital, a solução da crise pela linha de menor resistência - pela exacerbação da exploração do trabalho e pela luta autofágica entre os grandes conglomerados multinacionais - tende a tornar o regime do capital ainda mais regressivo e predatório, pois é gigantesco o volume de capital sobreacumulado que precisa ser digerido antes que as condições para a reprodução ampliada do capital possam ser restabelecidas. O fim do ciclo expansivo aprofundará e generalizará a barbárie capitalista, abrindo um período de grandes convulsões sociais e acirramento das rivalidades entre os Estados nacionais. Sabe-se pela já longa história do capitalismo que, enquanto não houver uma alternativa concreta ao regime do capital, mais tempo menos tempo, com maior ou menor sacrifício, as condições para a retomada da acumulação de capital serão restabelecidas e o capitalismo

iniciará um novo ciclo expansivo. Os dramáticos acontecimentos da primeira metade do século XX, que deixaram a humanidade à beira do abismo, mostram, no entanto, que, na era do capitalismo monopolista, as crises capitalistas provocam grande destruição, não deixando margem para a possibilidade de soluções racionais e civilizadas para os problemas da humanidade. Não há nenhum motivo para imaginar que, no século XXI, o desfecho será diferente. Nos marcos da ordem burguesa, o futuro é sombrio. Mais do que nunca, o regime do capital virá acompanhado de crescente instabilidade econômica, absoluta irracionalidade na utilização da riqueza, gritante desigualdade social, escalada da prepotência imperialista e inexorável comprometimento das conquistas democráticas. E, diferentemente do que ocorreu nas inúmeras turbulências que marcaram as últimas décadas, desta vez ninguém será poupado, a começar pela classe trabalhadora norte-americana, que entra na crise em uma situação econômica e política particularmente vulnerável. Instigados pela grande mídia, com a benção da ortodoxia econômica, a acreditar que o mundo havia entrado em uma era de prosperidade sem fim, trabalhadores e aposentados apostaram suas suadas poupanças na especulação com ações e imóveis - e muitos se endividaram muito além de suas posses - na esperança de ganhos patrimoniais astronômicos. Os que não pularam fora a tempo

acabaram com o mico na mão e, agora, encontram-se na iminência de ficar sem casa, sem aposentadoria e sem emprego. É pouco provável que aceitem a nova situação docilmente.

### **América Latina: Crise e Aceleração da Reversão Neocolonial**

Plenamente integrada nos circuitos mercantis, produtivos e financeiros que impulsionam a valorização de capital em escala global, a América Latina sentirá o impacto da crise de maneira redobrada. Os países que mais avançaram na liberalização da economia serão, evidentemente, os mais expostos aos efeitos destrutivos do novo momento histórico. No primeiro momento, a crise será transmitida pelo padrão histórico tradicional - queda do comércio internacional, contração dos preços das *commodities*, paralisia dos fluxos de crédito e investimentos, fuga de capitais, escalada das transferências de lucros e juros ao exterior. A defasagem entre a súbita reversão das expectativas nas economias centrais e o clima de relativa normalidade que prevaleceu na região ao longo de 2008 e que, de certa maneira, ainda persiste no início de 2009, sobretudo nos países que dispõem de mercado interno de maior expressão, não deve alimentar a expectativa de que a América Latina escapará de uma brutal contração na atividade econômica. O hiato temporal entre o

movimento da crise no centro e seu impacto na periferia apenas reflete o diferente encadeamento da relação crédito-gasto-renda entre as economias que constituem a "locomotiva" do sistema capitalista mundial - onde a crise de crédito repercute imediatamente na demanda agregada e nas expectativas dos empresários - e aquelas que são seus "vagões" e vão a reboque da expansão gerada no centro da economia mundial - onde os efeitos multiplicadores de renda das exportações, ao ampliarem o mercado interno, dão uma sobrevida ao crescimento econômico. O fenômeno não é novo e já foi amplamente estudado pela velha CEPAL.<sup>6</sup> Na situação atual, a falsa impressão de que a América Latina está imune aos efeitos depressivos da crise é reforçada pelo fato de que a maior diversificação dos países de destino das exportações, devida, em grande medida, ao maior peso das vendas na própria região e em mercados emergentes, quase 40% das exportações, aumenta a defasagem temporal entre a contração do nível de atividade das economias centrais e a retração do mercado interno das economias da região.

Os mecanismos de desdobramento da crise na América Latina tendem a repetir uma dinâmica que, com as devidas

---

<sup>6</sup> . A **esse** propósito, ver Furtado, C., Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, cap. 22. Para uma interpretação histórica dos efeitos da defasagem temporal na forma de ajuste às reversões cíclicas das economias centrais, consultar Formação Econômica do Brasil, cap. 27.

especificidades, em suas linhas gerais, não deve destoar do padrão conhecido, combinando estrangulamento cambial, desorganização das finanças públicas, instabilidade monetária e financeira, estagnação da produção, quebra de empresas, destruição de forças produtivas e ampliação do desemprego. A paralisação do fluxo de remessas dos imigrantes e a inversão do fluxo de imigrações devem agravar os efeitos negativos da crise na região, afetando, sobretudo, as economias mais débeis. Se o hiato na transmissão dos impactos depressivos da economia não for utilizado para proteger as economias latino-americanas do furacão que se aproxima, não haverá meio de atenuar os efeitos cataclísmicos da crise internacional sobre a região. Nas economias que apresentam baixa exposição ao endividamento externo e expressivo volume de reservas cambiais, a chegada do estrangulamento cambial poderá ser protelada por tempo adicional, reforçando a expectativa simplória de que, em plena era global, algumas **economias** poderiam "descolar-se" do todo e patrocinar um inusitado modelo de crescimento baseado no "capitalismo em um só país". Contudo, se o colapso do comércio internacional e a inflexão dos fluxos de capital não forem revertidos, não há dúvida de que, mais dia menos dia, a escassez da moeda internacional e a contração do comércio internacional acabarão se manifestando, desorganizando a vida econômica do continente.

Instalada a crise, as pressões do imperialismo para despejar o ônus da recessão global nas economias da região serão cada vez maiores. Encerrado o efêmero ciclo de crescimento na região, após três décadas de estagnação, a ordem econômica internacional recolocará a América Latina na rotina de Sísifo do ajuste econômico permanente.

Iludem-se os que, sonhando com a possibilidade de um neodesenvolvimentismo extemporâneo, imaginam que a crise econômica internacional possa representar uma "janela de oportunidades" que permitiria um rearranjo da ordem internacional mais favorável às economias da região ou, pelo menos, àquelas que lograram um maior grau de desenvolvimento das forças produtivas. A industrialização por substituição de importações - dirigida para a modernização dos padrões de consumo de uma exígua parcela da população, impulsionada pelo capital internacional, com o apoio incondicional do Estado, e financiada pela concentração da renda e pela crescente desnacionalização da economia - é um fenômeno do passado. As premissas históricas objetivas e subjetivas que lhe davam sustentação ruíram. Não há, portanto, a menor possibilidade de a América Latina repetir a façanha dos anos 1930, quando, contra todas as expectativas, os países com maior grau de desenvolvimento das forças produtivas e maior controle sobre

os centros internos de decisão reagiram à crise internacional impulsionando a formação da economia nacional. A situação atual é radicalmente diferente. As frentes de valorização do capital dependem cada vez mais da integração da economia latino-americana na economia mundial e da abertura de novos negócios pela sistemática ampliação de formas predatórias e parasitárias de acumulação de riqueza.

Nos anos 1930, a desarticulação dos fluxos de comércio e de crédito internacional, ao gerar um relativo isolamento das economias periféricas, permitiu que os países que não insistiram em atrelar seu sistema monetário ao padrão ouro - como foi, por exemplo, o caso de Cuba - lograssem um maior controle sobre seus centros internos de decisão.<sup>7</sup> Na atualidade, a preservação incólume dos mecanismos comerciais e financeiros que impulsionam a globalização dos negócios mantém a periferia atrelada ao centro cíclico. Ao comprometer os instrumentos de comando da política econômica, a ordem institucional liberal afasta a possibilidade de a crise internacional redundar em maior margem de manobra para as economias da região.

---

<sup>7</sup> . O impacto da crise de 1929 sobre a América Latina e as condições que permitiram o avanço da industrialização por substituição de importações encontram-se **sistematizados** em Furtado, C., Pequena Introdução ao Desenvolvimento, cap. 10, e em A Economia Latino-Americana, cap. 11.

Na década de 1930, o colapso do complexo exportador e a interrupção dos fluxos financeiros internacionais provocaram, sobretudo nas economias mais desenvolvidas, deslocamentos na correlação de forças que fortaleceram as frações burguesas mais comprometidas com a consolidação do Estado nacional e o avanço da industrialização. A aliança destes segmentos com as massas urbanas, que iniciavam a sua vida política, gerou a base de sustentação política que permitiu a ruptura com o velho *status quo*, criando as condições subjetivas para a cristalização de políticas econômicas voltadas para a defesa e a expansão do mercado interno. Sem o corte abrupto com o Estado liberal oligárquico e a formação de um novo bloco de poder, o pacto populista, teria sido impossível promover o deslocamento do eixo dinâmico do crescimento para o interior da economia nacional.<sup>8</sup> Não há nada semelhante a isso no horizonte, pois, como o conjunto da burguesia latino-americana encontra-se umbilicalmente comprometida com a ordem global, a crise tende a exacerbar a sua posição subalterna em relação ao capital internacional. As exceções conhecidas, Venezuela, Bolívia e, em menor medida, Equador, países fortemente dependentes da renda gerada por enclaves do setor

---

<sup>8</sup> . Para uma visão panorâmica do impacto da crise da divisão internacional do trabalho sobre a correlação de forças nos países latino-americanos, consultar o trabalho de Cardoso, F.H. e Faletto, E., Dependência e Desenvolvimento na América Latina, especialmente os capítulos IV e V.

de energia e que passam por um processo de forte mobilização popular contra os efeitos regressivos do ajuste neoliberal, fogem evidentemente dessa caracterização.

A impotência da burguesia latino-americana para enfrentar o imperialismo e a inexistência de mecanismos endógenos que garantam a autodeterminação do capitalismo latino-americano fazem com que a crise internacional reforçe a posição do capital financeiro, nacional e estrangeiro, especialmente de seus segmentos ligados ao comércio internacional e à intermediação financeira. Neste contexto, o temor de que o aumento do desemprego e da pobreza gere um quadro de convulsão social tende a enrijecer ainda mais o caráter elitista e fechado do circuito político, reforçando o caráter autocrático do padrão de dominação burguesa no continente. Sem deslocamentos significativos na composição do bloco de poder, é bastante remota - para não dizer nula - a possibilidade de rupturas políticas que possam abalar os alicerces do Estado neoliberal no continente, abrindo espaço para mudanças qualitativas no padrão de intervenção do Estado na economia.

Na primeira metade do século XX, a difusão das estruturas elementares da 1a. e da 2a. Revolução Industrial abriu espaço

para processos de industrialização por substituição de importações que tendiam a funcionar como um regime central de acumulação, articulado em torno de um departamento de bens de produção ancorado em espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. As escalas mínimas de produção compatíveis com a dimensão das maiores economias latino-americanas e as exigências de bases técnicas e financeiras condizentes com o porte já adquirido pelas burguesias nativas permitiram, em um primeiro momento, que a industrialização fosse impulsionada a partir de dentro, mobilizando as energias econômicas da própria região. Em um segundo momento, a partir do pós-guerra, quando a necessidade de aprofundar o processo de substituição de importações começou a esbarrar na estreiteza do mercado interno e na insuficiência do grau de monopolização do capital nacional, a subordinação do processo de substituição de importações ao movimento de internacionalização dos mercados internos liderado pelos grandes trustes internacionais permitiu que as economias mais avançadas levassem a industrialização dependente e subdesenvolvida ao limite de suas possibilidades. O padrão de acumulação capitalista contemporâneo, baseado na mundialização do capital, afasta qualquer possibilidade de um recuo ao desenvolvimento baseado num regime central de acumulação. As escalas mínimas de produção ultrapassam por

larga margem a dimensão dos mercados nacionais, e a bases técnicas e financeiras da nova etapa do desenvolvimento capitalista estão muito além das limitadas possibilidades da base empresarial da região. Para se ter idéia do grau de atraso da estrutura do capital na América Latina, basta lembrar que, não obstante o grande alarde em relação à expansão das multinacionais latinas, a região conta com apenas 18 grupos empresariais entre os 100 maiores grupos dos países emergentes, sendo inferior a 2% o número de empresas de capital brasileiro e mexicano, as duas maiores economias do continente, entre as 2000 maiores corporações do mundo.<sup>9</sup>

A experiência histórica mostra que os nexos que prendem a América Latina à ordem global são extraordinariamente resistentes às crises econômicas e financeiras. Portanto, se não houver uma completa desarticulação do sistema capitalista mundial - hipótese que, no momento, parece pouco provável -, a capacidade de defesa da região contra os efeitos destrutivos da crise dependerá da decisão política de redefinir unilateralmente o modo de participação na economia mundial, rompendo-se os laços de subalternidade em relação ao capital internacional e às potências imperialistas. Não é o que está ocorrendo. Pelo contrário, a crise internacional tem

---

<sup>9</sup> . Santiso, J. - "La emergencia de las multinacionales", IN: Revista de la CEPAL, 95, agosto, 2008, p. 19 e 20.

intensificado o poder do imperialismo na região. O profundo comprometimento da burguesia latino-americana com a ordem global funciona como um verdadeiro bloqueio político, institucional e mental que inviabiliza a formulação de respostas criativas à situação histórica.

A impotência para tomar iniciativas econômicas e políticas que afrontem os cânones da ordem global deixa as economias da região completamente desarmadas para enfrentar as dificuldades geradas pela crise. Sem raio de manobra para enfrentar um contexto histórico particularmente adverso, somente lhes resta sancionar as pressões oriundas dos centros imperiais e torcer por uma rápida recomposição da economia internacional. Partindo do suposto de que a crise internacional é um fenômeno temporário, que não justifica atitudes que possam implicar um recuo no processo de liberalização, os governos latino-americanos têm respondido às crescentes dificuldades externas de maneira reativa. Para compensar a contração do crédito internacional, foram tomadas providências típicas com o objetivo de ampliar o financiamento dos exportadores e evitar que uma crise de liquidez paralise o funcionamento do sistema bancário, sem alterar os mecanismos que atrelam o sistema financeiro nacional ao sistema financeiro internacional. A fim de

atenuar o impacto recessivo da contração do comércio internacional, foram anunciadas algumas tênues iniciativas destinadas a ampliar o gasto público e incentivar os gastos internos com consumo e investimento, sem questionar o padrão de política fiscal e monetária que prioriza os interesses dos credores do Estado e da plutocracia rentista. Se o diagnóstico de uma crise passageira, que fundamenta o extraordinário conservadorismo das autoridades econômicas, não se confirmar, em breve ficará patente a catástrofe que significa a ausência de uma estratégia preventiva.<sup>10</sup>

Os que apostam na possibilidade de que os baixos salários e a grande complacência com a deterioração do meio ambiente venham a representar uma vantagem comparativa, não atinam para o significado da mudança provocada pela inflexão do contexto histórico nem avaliam corretamente as terríveis implicações da concorrência espúria da China e das economias emergentes da Ásia para o futuro da indústria latino-americana. Ao encerrar um longo ciclo de difusão de tecnologias, a crise geral do capitalismo inaugura uma luta de vida ou morte entre capital novo e capital velho, exacerbando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento

---

<sup>10</sup> . CEPAL, 2009 - "*La reacción de los gobiernos de América Latina y el Caribe frente a la crisis internacional*" - Una presentación sintética de las medidas de políticas anunciadas hasta el 30 de enero de 2009.

capitalista. No momento decisivo da concorrência intercapitalista, quando é a própria sobrevivência das empresas que está em questão, a vantagem pende para o lado que dispõe das melhores armas e da maior capacidade de definir o caráter do terreno da batalha. Por mais que a crise atinja as economias desenvolvidas de uma maneira geral e a economia norte-americana em particular, comprometendo temporariamente sua capacidade de tomar iniciativa no plano internacional, ela não abala a brutal assimetria na distribuição do poder econômico, financeiro, político e militar que rege a ordem internacional. As diferenças na capacidade de consumo da sociedade, as desproporções nas bases técnicas e financeiras do capital e as discrepâncias no grau de organização econômica e no poderio bélico dos Estados nacionais garantem aos países desenvolvidos, Estados Unidos à frente, o controle absoluto das finanças internacionais, do ritmo e da intensidade do processo de introdução e difusão das inovações, bem como das iniciativas políticas e militares que definirão os parâmetros institucionais dentro dos quais se dará a reorganização da economia mundial. As potências imperialistas possuem, portanto, condições muito favoráveis para arbitrar o processo de desvalorização de capitais e para liderar a reorganização da ordem internacional. E, neste movimento, tendem a estabelecer uma interlocução privilegiada

com os países periféricos que se diferenciaram pela dimensão potencial de seu mercado consumidor, por sua importância financeira no cenário internacional, por sua capacidade de se converter em um pólo de atração das indústrias manufatureiras de menor intensidade tecnológica, pelo poder de organização de seu Estado nacional, bem como por seu poderio bélico e sua posição geopolítica estratégica no xadrez internacional.

Sem competitividade dinâmica para competir com as economias que possuem capacidade de inovação, sem competitividade espúria para disputar as indústrias que se deslocam para as regiões periféricas em busca de salários baixos e sem Estado organizado para afirmar a "vontade nacional", as economias latino-americanas ficam extraordinariamente expostas às pressões que tendem a exacerbar a sua posição subalterna no sistema capitalista mundial. Na falta de poder de iniciativa econômica e política no plano internacional, só lhes resta aprofundar o ajuste estrutural que lhes impõem, basicamente, três funções na ordem global: franquear o espaço econômico à penetração do capital internacional, adaptando as forças produtivas e as relações de produção às tendências da divisão internacional do trabalho; coibir o êxodo de correntes migratórias que possam gerar instabilidades nos países centrais; e aliviar o estresse produzido pelas regiões

altamente industrializadas no ecossistema mundial, cumprindo o triste e paradoxal papel de reserva de matéria-prima, pulmão e depósito de lixo da civilização ocidental. Dentro deste marco histórico, as tendências da divisão internacional do trabalho reservam à América Latina o espaço residual de mero fornecedor de produtos agropecuários e minerais, bem como de fonte estratégica de recursos energéticos orgânicos e minerais.

Em suma, as condições particulares que, na primeira metade do século XX, tinham permitido que alguns países da região impulsionassem a formação das bases materiais de um Estado nacional já não estão mais presentes. O fracasso do sistema capitalista mundial e zona de influência dos Estados Unidos, a América Latina será duramente pressionada a dar a sua contribuição na socialização dos prejuízos do grande capital. Como a crise impõe a eliminação do parque produtivo redundante, é de esperar uma aceleração e uma maior intensidade na tendência à desindustrialização e à especialização regressiva que têm caracterizado o ajuste estrutural das economias latino-americanas aos ditames da ordem global. Enfim, sem ter como se proteger dos efeitos desastrosos da crise, a América Latina encontra-se diante da ameaça de uma aceleração do processo de reversão

neocolonial.<sup>11</sup> O “salve-se quem puder” deve aprofundar o sucateamento das forças produtivas da região e, como consequência, intensificar a sua especialização em produtos de baixa tecnologia na economia mundial; aumentar a desnacionalização de suas economias, acirrando o caráter tributário e subsidiário de suas economias; bem como agravar a desarticulação de seus centros internos de decisão, tudo se somando para comprometer ainda mais o controle nacional sobre o desenvolvimento capitalista na região. O novo contexto histórico exacerba, assim, a incompatibilidade estrutural entre capitalismo, democracia e soberania nacional na América Latina. Sem ruptura com a ordem global, os países da região têm um raio de manobra mínimo, pois o máximo que podem fazer é procurar minimizar o ritmo e a intensidade com que se avança para a barbárie.

### **Crise, Reforma e Revolução**

Ao colocar em questão a unidade das relações sociais, internacionais e transnacionais que sustentam o processo de

---

<sup>11</sup> . No plano material, o processo de reversão neocolonial **concretiza-se** na desarticulação da industrialização voltada para o mercado interno e na revitalização do complexo primário-exportador, baseado na exploração de mão-de-obra barata, em grandes propriedades especializadas na monocultura, com técnicas de cultivo que provocam grande depredação do meio ambiente. A leitura crítica dos trabalhos da CEPAL sobre as mudanças produtivas das últimas décadas fornece abundante evidência **das** características deste processo. Para uma visão sintética, ver CEPAL, *La transformación productiva: 20 años después*, mayo, 2008.

globalização dos negócios, a crise inaugura um marco histórico que será caracterizado por transformações de grande envergadura em todas as dimensões da economia e da sociedade. Resultado inexorável da própria expansão do capital, a crise revela o caráter historicamente determinado do modo de produção capitalista, pois, ao negar a base de existência do regime burguês - o trabalho vivo -, o processo de valorização do capital prepara as bases objetivas - a socialização das forças produtivas - e as bases subjetivas - a crise geral - para a transição para o socialismo.

Ao escancarar as contradições e os antagonismos do modo de produção capitalista, a paralisação do processo de produção acirra a luta de classes entre a burguesia e o proletariado. A disputa polariza-se em torno das vias de superação da crise. A solução do capital subordina tudo a um objetivo central: restaurar as condições para a retomada da acumulação. No seio da burguesia, as divergências dizem respeito ao modo de distribuir o ônus da crise entre os vários grupos capitalistas e à disputa em relação às novas frentes de expansão dos investimentos, consubstanciando-se, basicamente, em diferenças na concepção do papel do Estado na economia, **do** modo de participar da economia mundial, bem como da forma de reorganizar o processo produtivo e as relações

entre o capital e o trabalho. A solução contra o capital organiza-se em torno da necessidade concreta de resistir a todo custo ao avanço da barbárie e de aproveitar a fragilidade do regime burguês, para superar o mais rápido possível o capitalismo. A alternativa operária depende de um salto na consciência da classe em relação à necessidade, à possibilidade e aos desafios da revolução socialista.

Pelas peculiaridades de sua formação social - sociedades de origem colonial que caíram nas malhas do capitalismo dependente -, na América Latina o combate à crise adquire feições próprias, combinando a necessidade de enfrentar os problemas concretos gerados pela crise geral do capitalismo - o agravamento da barbárie - com os problemas históricos herdados do passado colonial e subdesenvolvido - a segregação social e a dependência externa - e com os problemas que surgem em decorrência do imperativo de superar o regime do capital - a transição para o socialismo. Em um primeiro momento, a reação concreta contra a crise confunde-se com a necessidade de evitar o avanço do processo de reversão neocolonial - único meio de evitar a escalada assustadora da barbárie. A ruptura com os mecanismos que subordinam as economias periféricas à ordem global coloca, em seguida, a urgência de vencer a situação de dependência e

subdesenvolvimento - único meio de afirmar a "vontade política" da sociedade nacional e sobreviver à inevitável retaliação da "comunidade internacional". Por fim, o confronto com o imperialismo gera a necessidade de liquidar o capitalismo e dar início à construção do socialismo. O problema é, portanto, fundamentalmente político. A superação das dificuldades geradas pela crise internacional implica um conjunto encadeado de transformações econômicas, sociais e culturais que entra em frontal contradição com os interesses estratégicos das potências imperialistas, do capital internacional e das burguesias latino-americanas - o tripé que sustenta o padrão de acumulação e de dominação capitalista no continente. Nessas circunstâncias, a possibilidade de uma resposta positiva da América Latina aos desafios colocados pela crise depende fundamentalmente de uma profunda reviravolta nas bases de sustentação do Estado, que permita a formação de um bloco de poder fundado nos interesses das classes populares - os únicos sujeitos históricos que, por não estarem comprometidos com os negócios da globalização e por serem suas principais vítimas, são capazes de levar às últimas conseqüências a ruptura com os nexos externos e internos responsáveis pela situação de dependência e subdesenvolvimento.

O roteiro das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais exigidas pela situação será ditado pelo próprio desdobramento da crise e tende a encadear a luta em defesa dos interesses nacionais e da economia popular - uma luta que exige a ruptura com o subdesenvolvimento - à luta contra o próprio regime do capital - uma luta que coloca na agenda a transição para o socialismo.

O impacto da crise sobre a América Latina indicará o sentido das medidas preventivas capazes de atenuar seus efeitos disruptivos sobre a economia e a sociedade. Para evitar o estrangulamento cambial, deve-se promover a centralização do câmbio, e, para impedir que a crise de crédito internacional seja internalizada, deve-se desvincular os sistemas financeiros domésticos do mercado internacional. Com o objetivo de impedir a destruição do parque produtivo, é vital proteger o mercado interno da concorrência de produtos estrangeiros. Para minimizar os impactos negativos da contração dos mercados externos sobre a produtividade da economia, impõe-se a promoção de reformas sociais que melhorem a distribuição da renda e ampliem a capacidade de consumo da sociedade. A fim de resguardar as energias econômicas do país, é preciso garantir o funcionamento dos setores estratégicos da economia e defender as empresas

nacionais. Por fim, é indispensável inverter a ordem de prioridades que governa as políticas monetárias e fiscais, subordinando-as à exigência de defesa do emprego. Do ponto de vista estritamente técnico, todas as medidas necessárias para salvaguardar os interesses fundamentais do povo latino-americano dos efeitos devastadores da crise encontram-se ao alcance dos Estados nacionais. No entanto, tal fato não pode alimentar ilusões tecnocratas. O enfrentamento da crise depende fundamentalmente da decisão política de realizar uma profunda ruptura com os interesses internos e externos comprometidos com a globalização dos negócios. Em outras palavras, o monopólio estatal sobre as operações com moeda estrangeira, a estatização do sistema financeiro, o controle estatal sobre os setores de insumos básicos e infraestrutura, a nacionalização das empresas multinacionais que boicotarem a orientação da política econômica, a denúncia dos acordos internacionais que atrelam as economias latino-americanas à ordem global e todas as medidas complementares para fazer face aos efeitos disruptivos da crise e reorganizar a economia são impossíveis de serem levadas à frente sem uma profunda reviravolta nas forças sociais e políticas que dão sustentação ao Estado.

A fim de impedir que o isolamento gerado pela ruptura com a ordem global provoque desajustes que desestabilizem o funcionamento da economia, gerando problemas que desorganizam o processo de produção e circulação de mercadorias, as medidas preventivas contra os efeitos da crise internacional deverão ser seguidas de transformações mais profundas, destinadas a adequar o padrão de desenvolvimento à situação concreta gerada pela nova situação histórica. O fundamental é abandonar a cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais e adequar o sentido, o ritmo e a intensidade do processo de incorporação do progresso técnico às verdadeiras necessidades do conjunto da população e às reais possibilidades das economias latino-americanas. A abertura de novos horizontes para o desenvolvimento econômico da região recoloca na ordem do dia a urgência de desatar a dupla articulação responsável pela continuidade do subdesenvolvimento - a posição subalterna na economia mundial e o regime de segregação social. Portanto, uma resposta positiva à crise internacional requer que se coloque a revolução democrática - a erradicação do regime de segregação social em todas as dimensões da sociedade - e a revolução nacional - o fim do controle imperialista sobre a sociedade nacional - como tarefas imediatas do povo latino-americano.

A absoluta impossibilidade de reviver o desenvolvimento capitalista nacional coloca às economias latino-americanas a necessidade de associar o recuo nacionalista, necessário no curto prazo para assegurar a defesa da economia popular contra os efeitos perversos da crise, à busca de novas formas de integração na economia mundial. Não obstante a elevada falta de complementaridade das forças produtivas dos países latino-americanos, o que, nos marcos do capitalismo, tende a colocá-los em concorrência predatória entre si, a proximidade territorial, os laços históricos de união cultural e, sobretudo, a comunhão de uma mesma problemática histórica - a luta pelo controle de seu destino - transformam a integração regional numa necessidade histórica incontornável - único meio concreto de sobreviver ao cerco das potências imperialistas e escapar ao espectro da reversão neocolonial.

O fracasso do ciclo burguês de integração econômica regional, por absoluta falta de sujeito capaz de impulsioná-lo, revela que não há a menor possibilidade de que a América Latina consiga construir um espaço econômico regional capaz de enfrentar as intempéries da crise nos marcos do próprio capitalismo. Sua concretização depende de enfrentamentos com o sistema imperialista, cujos desdobramentos impulsionam mudanças que empurram inequivocamente a sociedade para o

socialismo. Portanto, nas circunstâncias concretas que condicionam o processo histórico em curso, o avanço do movimento de integração latino-americano depende de seu desdobramento num amplo processo de transformação socialista que encadeie a luta para enfrentar os problemas concretos colocados pela crise, à luta pela superação da situação de subdesenvolvimento e dependência, e, finalmente, à luta pela destruição do regime burguês e pela construção do socialismo.

Em suma, o enfrentamento da crise econômica deve ser visto como parte de um processo histórico de grande complexidade que não pode ser dissociado da problemática da transição do capitalismo para o socialismo em condições de subdesenvolvimento e dependência. Nesta transição, o fundamental é garantir a irreversibilidade do processo revolucionário, acelerando as transformações nas relações de produção que assegurem o controle dos trabalhadores sobre a economia, aprofundando as mudanças culturais indispensáveis para que a incorporação de progresso técnico seja subordinada às possibilidades materiais da região e às reais necessidades da população, fomentando o desenvolvimento das forças produtivas a fim de conquistar o mais rápido possível a segurança alimentar e a auto-suficiência material da sociedade, incluindo as condições mínimas para defesa contra

a agressão militar imperialista, e, sobretudo, incentivando e promovendo, por todos os meios, o papel protagonista das massas populares de uma maneira geral e do proletariado em particular no processo político - única garantia efetiva de defesa das conquistas sociais e de avanço da revolução socialista como um processo ininterrupto de transformação que aponta para a construção da sociedade comunista.

Aos céticos quanto à possibilidade objetiva de a crise revitalizar a luta pelo socialismo, os mesmos que relutaram até o último momento em acreditar na possibilidade de uma crise capitalista geral e que ainda relutam em aceitar plenamente a sua gravidade, não custa lembrar: o futuro guarda surpresas inimagináveis para aqueles que não enxergam o caráter contraditório do modo de produção capitalista e a força criativa da classe operária. Em breve ficará claro que a história não terminou e que as derrotas dos trabalhadores nunca são definitivas porque a luta contra o capital resulta dos antagonismos gerados pelo próprio desenvolvimento capitalista. O aprofundamento da barbárie capitalista fará o movimento socialista renascer das cinzas.